

Senhores e escravos no Paraná Provincial: os padrões de riqueza em Guarapuava – 1850/1880

Prof. Ms. Fernando Franco Netto
Departamento de Economia
UNICENTRO, Guarapuava, Paraná

Resumo. O trabalho de pesquisa em questão procurou avaliar os padrões de riqueza em Guarapuava, bem como as características da sociedade a partir das análises dos inventários arrolados no período em que as relações escravistas eram predominantes na região. As transformações internas e externas, advindas das grandes revoluções inglesa e francesa, foram determinantes para a decadência nas relações de produção baseadas no trabalho escravo. O recorte cronológico proposto priorizou o período compreendido a partir da segunda metade do século XIX, vistas as transformações nas relações de trabalho e de produção baseadas na mão-de-obra assalariada, aceleradas com o fim do tráfico internacional de escravos, a implantação da Lei de Terras e a política de imigração.

Palavras-chave: riqueza, escravidão, propriedade da terra, inventário, tráfico internacional, Lei de Terras, sociedade campeira.

Abstract. Starting from the analysis of the estates registered in Guarapuava (Paraná), in a period in which the slave work was still predominant, this research aims at assessing its wealth standards and society characteristics. The internal and external transformations resulting from the British and French great revolutions were fundamental for the decadence of the production relations based on slave labor. The time span prioritized is the one starting in the second half of the nineteenth century because of the changes in the working and production relations based on the salaried labor, speeded up by the end of the international slave trade, the establishment of the Land Act and the immigration policy.

Key-words: wealth, slavery, landownership, estate, international slave trade, Land Act, country society.

A população escrava esteve presente desde o início da ocupação dos “Campos de Guarapuava”, visto que essa era a base das relações de produção na Colônia e no Império. Sem dúvida que as condições internas e externas estimularam a implantação dessa mão-de-obra em Guarapuava, pois suas atividades econômicas estavam voltadas para a grande propriedade da terra, com a exploração da pecuária e da lavoura de subsistência.

A questão da posse da terra na região sempre foi direcionada para atender aos interesses dos grandes fazendeiros. Assim, quando da expedição constituída com o objetivo de povoar os “Campos de Guarapuava”, assim como posteriormente os “Campos de Palmas”, foi fundamental a distribuição de grandes extensões de terras, através da concessão de sesmarias, que só foi possível para os proprietários de escravos que possuíssem capital. Para as pessoas que fossem consideradas livres, mas, pobres, o governo concedia pequenos lotes de terra para sua subsistência, mas certamente que essa não era a estratégia prioritária da política imperial.

Por questões estratégicas e, devido ao preço de mercado dos escravos, a intenção dos pioneiros foi utilizar a mão-de-obra indígena da região, numerosa e de baixo custo. Entretanto, essa política se manifestou, desde o início, agressiva e violenta, por diversos conflitos protagonizados pela população indígena e os pioneiros. O regime de escravidão, na prática, também foi adotado para a população indígena, que, em tese, era protegida pela legislação do Governo Imperial.

O contexto histórico foi marcado por transformações importantes, expressas por conflitos inseridos na conjuntura internacional, que se refletiram, na vida das colônias ultramarinas, expressão de riqueza e de poder para as metrópoles. A dinâmica da Revolução Industrial e, conseqüentemente, do capitalismo, iniciada na Inglaterra no Século XVIII, iria fortalecer as novas relações de trabalho e de produção baseadas no trabalhador assalariado.

A questão da propriedade da terra e suas relações com a atividade econômica e política se apresentou significativa, no sentido de que foi, através desse processo, que pudemos proceder a um paralelo entre as transformações que marcaram as metrópoles européias e suas implicações para as colônias no ultramar, considerando que a posse da terra se constituía em uma grande fonte de produção e de riqueza para as nações emergentes. Também as relações de trabalho se alteraram em função das novas técnicas e processos produtivos implantados nas propriedades agrícolas a partir do século XVI, com implicações na economia inglesa. No caso específico do Brasil, essas transformações se dão bem mais tarde, a partir da segunda metade do século XIX, com a promulgação da Lei de Terras de 1850, que iria alterar profundamente as relações de posse da terra e, posteriormente, as relações de trabalho.

Nesse contexto, a economia do sul do país se desenvolvia como sustentáculo da exportação, e suas atividades se baseavam na pecuária, na lavoura de subsistência, na

grande propriedade latifundiária e no trabalho escravo. Com as transformações introduzidas pela lavoura cafeeira e com as pressões internacionais com relação à utilização do trabalho escravo, ocorreu a abertura e incremento da política imigratória, com o intuito de abastecer as atividades produtivas, em função da falta de braços como consequência da proibição do tráfico de escravos, que afetou substancialmente o mercado de trabalho.

Esse, portanto, foi um período em que, grandes transformações estavam ocorrendo em nível conjuntural e estrutural, consolidando um quadro histórico, em que na maioria dos países, a mercantilização da força de trabalho, com o fim do tráfico internacional de escravos, abria novas possibilidades para os grandes investidores. E esses aplicavam o excedente de capital no incremento das relações de produção, que iriam alterar profundamente as diversas áreas da atividade produtiva. O preço dos escravos, por uma questão de mercado (oferta/demanda) atingiu níveis dos mais altos. Foi, portanto, o período em que a aplicação da Lei de Terras e o fim do tráfico internacional de escravos iria influenciar não só a mudança nas relações de produção, mas também a intensificação das políticas de imigração. Enfim, foi um período de transição do sistema mercantil-escravista para um sistema de predominância do trabalho livre.

O escravo sempre teve participação importante não só na economia local, mas também regional ao longo da colonização. A decadência da escravidão foi decorrência de processos históricos que atingiram o Império, influenciados pelos movimentos abolicionistas e que só começaram a ter seus efeitos mais significativos a partir de 1880. A grande propriedade da terra evidenciou a importância do papel da mão-de-obra escrava nas atividades da pecuária e de criação.

No estudo a respeito dos inventários, foi possível identificar questões importantes quanto aos padrões de riqueza em Guarapuava, considerando os bens arrolados. Verifica-se, pela evolução do preço dos escravos, a partir da pesquisa, que os proprietários davam grande importância para a relação idade/preço do escravo, muito provavelmente em função da produtividade da mão-de-obra escrava, visto que aqueles que possuíam idade entre 15 a 40 anos eram mais valorizados, fossem do sexo masculino ou feminino. O escravo com idade mais avançada normalmente tinha seus preços depreciados: além das dificuldades de manutenção, muitas vezes os preços dos escravos considerados velhos eram até menores do que dos escravos recém-nascidos. Quanto às crianças, os preços variavam muitas vezes de acordo com o perfil que o proprietário esperava do plantel, mas normalmente eram valorizadas. A fim de avaliarmos, com maior precisão, a evolução e os valores médios dos preços dos escravos para o período entre 1850 e 1880, tivemos a preocupação de ampliar os períodos de análise, vistas as dificuldades de fontes e de dados disponíveis que pudessem fundamentar o estudo. Primeiramente, procuramos avaliar o preço dos escravos por década, resultado que se mostrou considerável e consistente para os propósitos deste estudo. Ao mesmo tempo,

procuramos diferenciar por sexo e por faixa etária, a fim de apreendermos mais significativamente as mudanças que ocorriam nos períodos. Outro fator importante que consideramos em nossa análise foi o de que os escravos apresentassem bom estado físico, com o intuito de não haver discrepâncias na avaliação dos preços. Com relação às faixas etárias, dividimo-las em quatro; a primeira, de 0-14 anos; a segunda, de 15-40 anos, a qual consideramos como a mais produtiva e a mais significativa para o estudo; a terceira, compreendendo a faixa intermediária de 41-55 anos, e, finalmente, a faixa a partir dos 55 anos.

Procuramos também periodizar os dados com a intenção de avaliarmos os detalhes de cada período de cinco anos, o que consideramos importante para apreendermos a evolução dos preços, inclusive comparando-os com outras mercadorias produzidas pela província do Paraná. Importante ressaltarmos que, por falta de dados suficientes, não promovemos a classificação dos escravos quanto aos seus ofícios, porém, pelas características apresentados pelos bens discriminados, podemos tirar algumas conclusões de que as atividades principais estavam ligadas ao espaço rural.

Ao analisarmos os preços dos escravos no período entre 1850/1880, não podemos deixar de discutir algumas questões fundamentais, a fim de compreendermos melhor a evolução desses preços. A metodologia aqui aplicada leva em consideração o preço médio dos escravos para diversos períodos, considerando intervalos de 5 anos, vista a falta de fontes expressivas e quantitativas, e a fim de dar maior fidedignidade à pesquisa. Acrescentamos, também, para efeito desta análise, o que se mostrou eficiente como elemento comparativo da evolução do preço dos escravos, o estudo por décadas, confirmando as tendências estatísticas analisadas por período. Em relação à idade do escravo, tivemos o cuidado de separá-los por faixas etárias, dado o peso delas na formação do preço do escravo, como também o seu estado físico, não considerando, no estudo, aqueles que possuísem algum tipo de doença ou deficiência física.

A partir de 1850, verificamos que há um crescimento permanente nos preços médios dos escravos, enquanto que na década de 70, os preços começaram a decair conforme tabela 1. Se analisarmos por sexo, verificamos que os preços dos escravos acompanham essa tendência de alta nos períodos de 50 e 60; entretanto, para os preços das escravas, verificamos tendência de alta apenas na década de 50. Cabe ressaltar que, em média, o preço das escravas na década de 50, no levantamento dos inventários, era superior ao preço dos escravos homens, fato original e surpreendente numa economia em que o escravo tinha um preço superior, sugerindo, portanto, estudos específicos nessa área, o que não é o objetivo desta pesquisa. Interessante nessas relações de preços, a observação de Viotti da Costa em seu estudo sobre a escravidão no Brasil, afirmando que “o preço das mulheres, embora inferior ao dos homens, cresce imediatamente após a cessação do tráfico, o que sugere maior interesse pela reprodução da força de trabalho escrava a partir da

interrupção do tráfico” (COSTA, 1982: 46). Guarapuava apresentou uma relação de preços entre os escravos diferenciada, em princípio, do restante do país.

Tabela 1 – Evolução dos preços dos escravos – Guarapuava Séc.XIX (em réis)

Faixa Etária	Sexo	1850/54	1855/59	1860/64	1865/69	1870/74	1875/80	Década	Década	Década
								1850/59	1860/69	1870/1880
0-14	M	500.000	757.100	966.600	650.000		857.100	725.000	840.000	857.100
	F		758.300		621.400	800.000	400.000	758.300	621.400	457.100
	M ÉD IA	500.000	757.700	966.600	627.700	800.000	646.100	739.300	712.500	657.100
15-40	M	550.000	1.700.000	1.828.600	1.200.000	850.000	1.100.000	1.535.000	1.475.000	1.071.400
	F	600.000	1.650.000	1.100.000	1.066.700	1.000.000	677.800	1.300.000	1.080.000	800.000
	M ÉD IA	575.000	1.687.500	1.666.700	1.166.700	925.000	919.000	1.465.000	1.380.900	952.000
41-55	M		400.000	500.000	633.300	900.000	652.000	400.000	580.000	674.500
	F		800.000	500.000	400.000	650.000	366.600	800.000	433.300	437.500
	M ÉD IA		600.000	500.000	540.000	775.000	586.100	600.000	525.000	611.300
Acima de 55	M		150.000		50.000	325.000	300.000	150.000	50.000	250.000
	F						200.000			200.000
	M ÉD IA		150.000		50.000	325.000	275.000	150.000	50.000	241.600

Fonte: Processos de Inventários – Cartório 1ª Vara Cível – Guarapuava/PR.

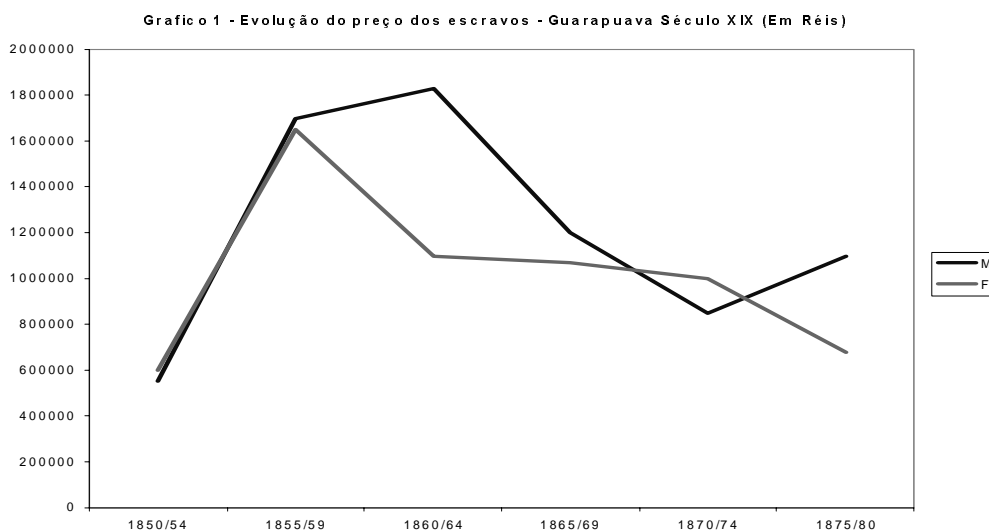
Se analisarmos por período de cinco anos, veremos que a evolução dos preços dos escravos acompanha as estatísticas apresentadas no estudo por décadas. No período entre 50/65, o crescimento dos preços é constante e, após esse período, verificamos a queda sucessiva dos preços. Avaliando a evolução dos preços entre os sexos, o perfil apresentado pelos escravos é de tendência altista, decaindo após os anos de 65/69, enquanto os preços das escravas têm queda a partir dos anos 60/64.

Ao estudarmos os números considerando as faixas etárias, a faixa que representa a idade entre 15 a 40 anos apresenta os valores mais altos na pesquisa. O período que vai de 55/64 apresenta níveis de preços, considerando os escravos homens, em torno de 1:800\$000, enquanto para as escravas o pico de preços se situa num intervalo menor, entre os anos de 55/59, com um preço médio de 1:650\$000. Se considerarmos a faixa etária acima de 55 anos, verificamos que o preço atribuído aos escravos sofre enorme desvalorização, provavelmente em função de seu desgaste, da falta de produtividade e, finalmente, de seus custos e dos gastos com sua manutenção. Quanto à faixa etária entre 0 e 14, anos observamos oscilações de preços importantes, com evolução sucessiva para o sexo masculino entre os anos de 50/65, enquanto o perfil dos preços das escravas se manteve com a mesma tendência das escravas da faixa etária entre 15 a 40 anos.

Se reduzirmos os períodos, observaremos que os maiores preços se referem ao intervalo entre 15 e 29 anos, considerado altamente produtivo. Verificamos que existem avaliações importantes, com preços na faixa de 2:400\$000 para os escravos, nível comparável com os maiores preços das regiões mais desenvolvidas do Império; porém a tendência geral de alta dos preços permanece no período entre 50 a 65.

Analisando os preços dos escravos em anos selecionados, considerando as idades produtivas (15 a 40 anos), verificamos que, no período entre 52/58, o preço dos escravos tem tendência altista, considerando os dois sexos. Após esse período, o preço dos escravos apresenta uma pequena queda no ano de 59, para voltar a subir no período entre 60/62. No entanto, para o sexo feminino, os preços têm uma tendência de queda progressiva. Os períodos seguintes apresentam oscilações de preços importantes mas com a tendência de queda sendo predominante; considerando ambos os sexos, somente a partir 1870/74 é que os escravos do sexo masculino voltam a apresentar tendência de alta em seus preços.

Outra relação importante é dos preços dos escravos do sexo feminino em relação aos preços dos escravos do sexo masculino, porque, em determinados períodos, o preço das escravas é superior ao preço dos escravos, padrão esse diferente de muitas regiões do país, apesar da valorização que as escravas tiveram após as leis proibindo a manutenção da mão-de-obra escrava. O preço dos escravos teve uma relação direta com o fim do tráfico internacional de escravos, subindo progressivamente e de uma forma constante, fato esse registrado nos processos de inventários.



Fonte: Processos de Inventários – Cartório 1ª Vara Cível – Guarapuava/PR.

O gráfico 1 apresenta a evolução do preço dos escravos considerando a faixa etária entre 15 e 40 anos. Verificamos, entre os anos de 50/54 e 55/59, que os

preços médios dos escravos, tanto do sexo masculino como do sexo feminino, apresentaram tendência de alta, ressaltando que, para o período 50/54, o preço dos escravos do sexo feminino é superior ao preço dos escravos do sexo masculino. A partir do período compreendido entre os anos de 55/59, os preços das escravas apresentam tendência progressiva de queda até o período 75/80, enquanto a evolução dos preços dos escravos oscila, isto é, até o período 60/64 continua com a tendência altista, entretanto, após esse período, os preços médios apresentam quedas sucessivas até o período 70/74, voltando a subir entre os períodos 70/74 e 75/80.

Para o período compreendido entre 65/69 e 70/74, encontramos novamente o preço das escravas superior ao preço dos escravos. Se considerarmos a média dos preços dos escravos do sexo masculino e do sexo feminino, a tendência das curvas será de queda permanente após o período 55/59, demonstrando que os proprietários de escravos possuíam outras variáveis importantes para avaliarem seus preços, além da questão da falta de braços, ou mesmo da conjuntura nacional.

Outro fator interessante a se ressaltar foi o representado pela origem dos escravos. Era basicamente crioula, isto é, a maioria deles eram nascidos no Brasil. E ressalte-se que em Guarapuava a maioria dos escravos era de origem da própria região. Os números são claros em identificar a origem da população escrava local. A população africana na média não chega a 9% da população cativa na região, considerando os períodos analisados. Através de levantamento efetuado em 1872 da população total escrava em Guarapuava, 91,4% eram de origem brasileira, sendo 77,2% de Guarapuava, portanto sobravam menos de 9% entre africanos e de origem desconhecida. Se verificarmos pelo menos três grandes proprietários - tabela 2 - em épocas diferentes na região de Guarapuava e incluídos no estudo dos inventários, podemos confirmar as estatísticas acima desenvolvidas e trabalhadas como verdadeiras e perfeitamente compatíveis com os levantamentos efetuados.

Tabela 2 - Origem dos escravos em Guarapuava - Séc. XIX

Origem	José Siqueira Cortes 1859		Bernardino José Lacerda 1868		Pedro Siqueira Cortes 1882	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Brasileiros	16	94,1%	20	90,9%	34	94,4%
Africanos	1	5,9%	2	9,1%	2	5,6%
Total	17	100,0%	22	100,0%	36	100,0%

Fonte: Processos de Inventário. Cartório da 1º Vara Cível – Guarapuava, PR.

Algumas questões são aparentemente importantes para concluirmos sobre a predominância de escravos locais sobre os escravos de origem africana. Primeiramente estão relacionadas ao crescimento endógeno da população escrava, acompanhando, de uma forma geral, a tendência do Paraná. Em segundo lugar, como o Paraná não possuía um plantel expressivo em nível nacional e o investimento em escravo era alto, principalmente depois da abolição do tráfico internacional de escravos, sugere-se que seu plantel era renovado com os escravos de origem brasileira.

Com relação à questão do sexo, a predominância até meados do século XIX era a de escravos do sexo masculino. Foi somente a partir do fim do tráfico de escravos, em 1850, que as escravas passaram a apresentar um crescimento relativo importante no plantel.

Tabela 3 - Razões de sexo – Guarapuava 1850/1880

Escravos	1850/59		1860/69		1870/80	
	%	Escravos/Prop.	%	Escravos/Prop.	%	Escravos/Prop.
Homens	63,2%	3,42	62,0%	4,40	54,5%	2,47
Mulheres	36,8%	2,00	38,0%	2,70	46,5%	2,10
Total	100,0%	5,42	100,0%	7,10	100,0%	4,57

Fonte: Processos de Inventário. Cartório da 1ª Vara Cível – Guarapuava, PR.

A análise da tabela acima demonstra que a relação entre escravos e proprietários cresce à medida que a economia local se fortalece. A concentração dos escravos do sexo masculino é importante e fundamental, funcionando como mão-de-obra necessária para a produção pecuária e o tropeirismo. A participação da mulher escrava também é relevante no sentido de que, com o incremento das atividades econômicas, supõe-se que as necessidades domésticas, bem como a riqueza das propriedades crescem demandando, dessa forma, um maior nível de consumo relacionado com a infra-estrutura das propriedades. O status representado pela posse de escravos era importante e demonstrava poder e prestígio.

Pelos inventários selecionados, verificamos a predominância dos homens nas três décadas analisadas, porém com uma participação crescente das mulheres escravas, que chega a atingir 46,5% na última década analisada – 1870/1880. Se avançarmos em nossa análise e distribuímos por faixa etária, considerando quatro intervalos abrangendo desde as crianças, a idade considerada produtiva e os velhos, os inventários apresentam uma variação importante nas idades produtivas, justificada, provavelmente, pelo vigor da economia campeira do final dos anos 50 até início dos 70.

A partir da decadência da economia pecuária, observa-se a queda da participação dos homens em relação às mulheres. O equilíbrio dos sexos na realidade não foi predominante em Guarapuava; a realidade mostra que o homem teve o predomínio durante boa parte do século XIX. A adaptabilidade do escravo na produção dos Campos Gerais deve ter sido a causa principal dessa predominância. A taxa de masculinidade sempre foi superior nos períodos analisados. Horácio Gutierrez, em estudo sobre a escravidão no Paraná, durante os primeiros anos do século XIX, aborda a questão de uma forma bastante incisiva quanto ao equilíbrio entre os sexos, afirmando que “pode deduzir-se que no Paraná as atividades econômicas pouco condicionaram a predominância masculina como em outras partes. Determinaram, na verdade, um equilíbrio entre os sexos.”¹

Entretanto, na região de Guarapuava, a questão dos sexos apresenta-se com uma outra configuração, predominando o homem nos plantéis, talvez devido às suas características desde o início da colonização e povoamento, a defesa do território contra os povos indígenas, a estratégia militar definida nos objetivos da expedição, enfim, condições em que a participação do homem era mais bem definida no contexto social.

A posse de escravos determinava maiores padrões de riqueza em Guarapuava, mesmo porque o conjunto de proprietários que possuíam essa “mercadoria” detinha os maiores níveis de riqueza da região, em comparação com aqueles que não possuíam escravos. Se analisarmos as formas de riqueza e sua composição por décadas, verificaremos que a participação dos escravos sempre foi expressiva no conjunto dos bens arrolados. A concentração de riqueza pelos proprietários possuidores de escravos sempre foi predominante na análise dos inventários. Na década de 50, os proprietários com escravos detinham 90,3% de toda a riqueza do período; já na década de 60, 98,0% dos proprietários possuidores de escravos detinham o total da riqueza e, finalmente, na década de 70, os proprietários com escravos perfaziam 87,9% da riqueza. O perfil demonstrado pelos inventários arrolados demonstra a grande concentração de riqueza naqueles proprietários com a posse de escravos. É relevante a estrutura de riqueza e suas correlações com as atividades econômicas da região. Sua formação estava basicamente concentrada nos bens de raiz, principalmente os campos, fazendas, invernadas e capoeiras. Num segundo plano, os animais de transporte e de criação e, finalmente, os escravos, elementos esses fundamentais para compreendermos as relações de produção existentes na economia dos Campos Gerais, isto é, a pecuária, o comércio de gado, a lavoura de subsistência, toda essa estrutura baseada no trabalho servil.

A análise dos inventários demonstra que os padrões de riqueza não se alteraram significativamente em Guarapuava, apesar das transformações que estavam acontecendo com relação às formas de trabalho e de produção. A pouca diversidade bem como o

¹ GUTIERREZ, HORÁCIO. "Senhores e Escravos no Paraná 1800-1830." 1986, pag. 107

sistema social campeiro não permitiram evoluções nas relações de produção e sua desagregação está intimamente ligada à decadência do sistema escravista e da pecuária.

Outra análise interessante está localizada na existência de proprietários de terra não possuidores de escravos e que detinham apenas 10,9% do total do plantel de animais, enquanto os outros 89,1% estavam concentrados nos proprietários que possuíam escravos em suas propriedades. Mais uma vez é demonstrada a importância de possuir escravos para alimentar a economia local, na medida em que a concentração de riqueza se dava muito mais naqueles proprietários que mantinham escravos em suas propriedades.

A concentração em relação à propriedade da terra também é evidente, porque são aqueles que possuem grandes propriedades os que apresentam maior número de escravos. Quanto maiores os valores apresentados em termos de campos e casas com relação às propriedades, maior o número de escravos possuídos, conforme pode ser observado pelos dados da tabela 4.

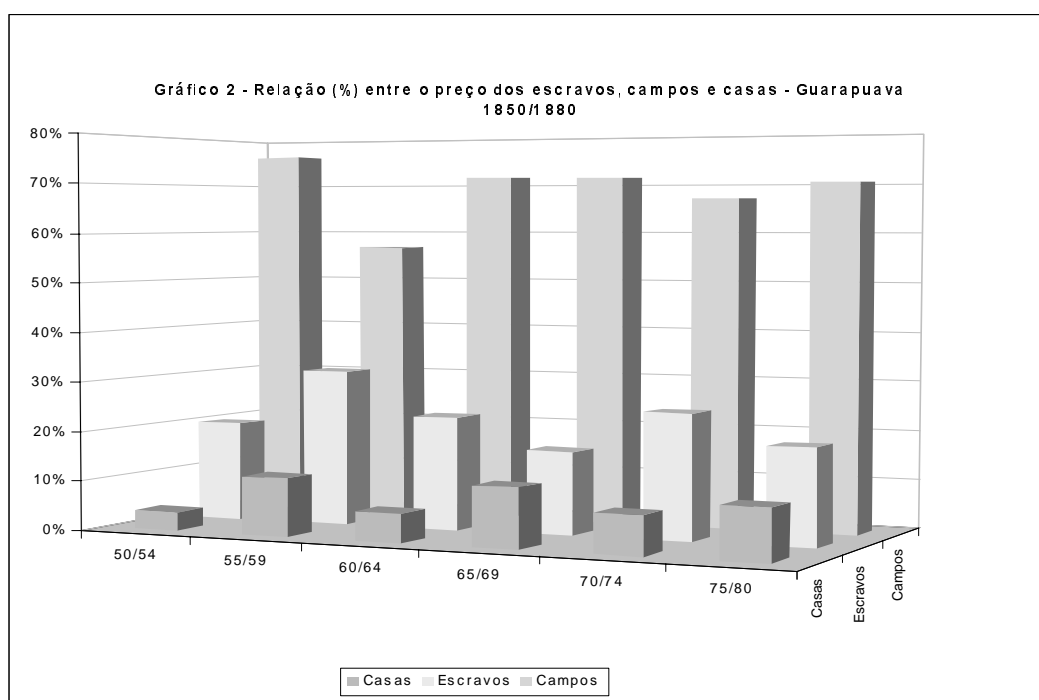
Tabela 4 - Relação entre os preços dos escravos, campos e casas - Guarapuava 1850/1880 (em Réis)

Período	Escravos		Campos	Casas	Relação	
	Quant	Vabr	Vabr	Vabr	Escravos/Campos	Campos/Casas
50/54	10	4.750.000	18.012.200	900.000	26,4	5,0
55/59	28	27.850.000	50.130.931	10.300.000	55,5	20,5
60/64	30	30.180.000	94.810.000	7.662.000	31,8	8,1
65/69	28	22.400.000	95.350.000	15.905.000	23,5	16,6
70/74	27	23.150.000	61.840.000	7.150.000	37,4	11,5
75/80	55	38.120.000	137.745.000	20.180.000	27,7	14,6

Fonte: Processos de Inventário. 1ª Vara Cível, Guarapuava - PR.

Constatamos que, no período que compreende os anos de 75/80, o número total de escravos existentes é de 55, ao mesmo tempo em que o valor dos campos e casas atinge o seu pico mais alto, considerando os períodos analisados. Outro importante elemento comparativo relaciona-se com a relação escravos/campos e casas/campos, em que verificamos a elevada participação dos escravos comparando-se com o valor das terras. Chegava a ter uma participação de 55% no período de 55/59. A participação no conjunto dos bens, dos campos e fazendas, é fundamental, determinando a principal atividade econômica da região, baseada na pecuária e na lavoura de subsistência. O item casa representa patrimônio bem inferior ao conjunto dos campos; na maioria das vezes, abaixo do valor atribuído ao plantel de escravos. Nos períodos analisados, a valorização das terras foi um fator importante de formação de riqueza vista a implantação da Lei de Terras

a partir de 1850, que modificou as relações de produção e de trabalho no campo, mas que não alterou totalmente o quadro de concentração e de poder na região, onde poucos proprietários detinham a grande maioria das terras. Além disso, são eles que possuem a maior quantidade de mão-de-obra escrava. Em média, podemos verificar que a posse de campos, fazendas, capoeiras, invernadas representava em torno de 88% do total das propriedades, em termos de valores relativos com, em relação às casas. Portanto, grande parte da riqueza local se concentrava na grande propriedade latifundiária. A falta de dados quanto à área dos campos não nos permitiu definir a evolução do preço do alqueire e/ou do hectare de terra.



Fonte: Processos de Inventários – Cartório 1ª Vara Cível – Guarapuava/PR.

A partir do gráfico 2, demonstramos a participação dos escravos, dos campos e das casas no conjunto dos bens dos proprietários e podemos verificar que, em todos os períodos selecionados as relações entre os bens não se altera em termos de posição isto é, os campos representam a principal forma de riqueza, seguido dos escravos e finalmente das casas. A relação percentual média entre o preço dos bens estudados nos mostra uma participação de 68% dos campos, 22% dos escravos e finalmente 9% das casas. O gráfico confirma, portanto, o nível de valorização patrimonial em relação à concentração das atividades na grande propriedade da terra.

Em relação aos padrões de riqueza em Guarapuava a partir da segunda metade do século XIX, não podemos desvinculá-los dos fatos e acontecimentos que atingiram o país a partir das transformações advindas das duas grandes revoluções, a industrial e a francesa, que modificaram as relações de trabalho e de produção, consolidando o sistema capitalista como modo de produção predominante. A política de ocupação dos Campos de Guarapuava se relaciona com a conjuntura internacional de expansão territorial e econômica em função da política de exclusivismo adotada pela metrópole portuguesa.

Com a expansão das atividades produtivas na região, Guarapuava se insere na rota de comércio interno da Colônia, comercializando animais nas principais praças de venda do país. O sistema escravista, desde o início, fez parte das relações de produção na região, inclusive com o apresamento da população indígena. A estrutura interna da Colônia estimulava e reforçava as relações escravistas, apesar dos movimentos para sua extinção. Mesmo com a introdução da cultura do café como principal produto de nossas atividades o que proporcionou alterações importantes nas formas de riqueza daquelas regiões produtoras, as relações estavam baseadas no sistema escravista. Dessa forma, a região de Guarapuava se inseria nas relações escravistas como prolongamento das relações dominantes na Colônia e na Província do Paraná.

A decadência do sistema escravista na região de Guarapuava está ligada diretamente ao processo de desenvolvimento que atingiu o país decorrente das inversões de capitais anteriormente investidos na compra de escravos para a implantação de inovações técnicas, novas indústrias, implantação das ferrovias que, progressivamente, estavam afetando a principal atividade local baseada no comércio de animais. Entretanto, a sociedade campeira estava impregnada pelas relações decorrentes da grande propriedade da terra, a pecuária, a lavoura de subsistência e o trabalho escravo.

Com o fim do tráfico internacional de escravos, o suprimento interno de mão-de-obra escrava foi resolvido, em parte, pela transferência de escravos das regiões decadentes do Norte/Nordeste para as regiões mais desenvolvidas do país. Entretanto, para a região de Guarapuava, esses padrões não foram determinantes, pois nos períodos em que a mão-de-obra escrava se deslocava para a região do café, em Guarapuava crescia a movimentação absoluta de entrada líquida de escravos, decorrência de sua ligação com a economia do Sudeste e Centro-Oeste. Os Campos de Guarapuava foram relativamente pouco ocupados pelos escravos, porém, sua participação nas relações de produção foram fundamentais: era a mão-de-obra escrava que desenvolvia os trabalhos mais pesados e necessários para o desenvolvimento de sua produção.

Dessa forma, cabe-nos pesquisar com maiores detalhes os padrões determinantes que marcaram a sociedade paranaense no período, e se isso foi apenas uma característica predominante da estrutura social e econômica de Guarapuava. Da mesma forma, apreender as transformações na sociedade guarapuavana e paranaense após 1880,

e suas características nas formas e padrões de riqueza, considerando a decadência de uma economia voltada para a atividade da pecuária, do tropeirismo, principalmente se considerarmos como sendo esse o período final das relações escravistas de produção.

Referências

Manuscritas:

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE GUARAPUAVA

Livro de Atas (nº1) – Junta Classificadora dos Escravos Libertos pelo Fundo de Emancipação.

FÓRUM DE GUARAPUAVA – PR – Cartório da 1ª Vara Cível.

Processos de Inventário

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE BELÉM - GUARAPUAVA

Livro nº 1b de assento de Óbitos – 1850/1880.

Impressas:

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE GUARAPUAVA

Relatórios do Presidente da Província

Leis e Decretos

ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA

Atas da Câmara Municipal

Livros, artigos, dissertações e teses

ABREU, A. T.G. *A posse e o uso da terra: modernização agropecuária de Guarapuava*. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná. 1986.

ANDRADE, R.. *A família escrava na perspectiva da micro-história (estudo em torno de um inventário e um testamento oitocentista: Juiz de Fora, 1872-1876*. Juiz de Fora: Revista de História. v. 2., nº 1, 1996.

BETHEL, L.. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*; tradução de Vera Nunes Neves Pedroso. São Paulo: USP, 1976.

- CARDOSO, C. F. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.
- CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CONRAD, R. *Os últimos anos da escravidão no Brasil (1850-1888)*; tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.
- COSTA, M. C. Fontes Históricas: abordagens e métodos. “Joaquim Nabuco, crítico da formação social escravista imperial.” In: DI CREDDO, M. do C. S. (org.). Assis: UNESP, 1996.
- DACOSTA, IRACI del N. & GALLARDO, DARIO H.G. *Paraná: Mapas de Habitantes (1798-1830)*. São Paulo: IPE - USP, 1985.
- DACOSTA, EMÍLIA V. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Ciência Humanas, 1982.
- DACOSTA, IRACI del N. & SLENES, ROBERT W. & SCHWARTZ, STUART B. *A família escrava em Lorena (1801)*. Estudos Econômicos, Maio/Ago. 1987.
- DE MELLO, ZÉLIA M. C. *Metamorfoses da riqueza: São Paulo. 1845-1895*. São Paulo: Hucitec, 1985.
- SANTOS, C. R. *Preços de escravos na Província do Paraná: 1861-1887*. Curitiba: UFPR, 1974. Dissertação de Mestrado.
- DI CREDDO, M. do C. S. *A propriedade da terra no vale do Paranapanema – A Fazenda Taquaral (1850-1910)*. Tese doutorado - USP. São Paulo: 1987.
- DI CREDDO, M. do C. S. *O Estado, a lei de terras de 1850 e a propriedade de terra no Brasil*. Assis: UNESP, s.d.
- DI CREDDO, M. do C. S. Fontes Históricas: abordagens e métodos. “O inventário como fonte para a análise da mudança nas formas de riqueza social: reflexões sobre estudo de caso.” In: DO CREDDO, M. do C. S. (org.). Assis: UNESP, 1996.
- FAORO, R. . *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1979.
- FERRARINI, S. *A escravidão negra na Província do Paraná*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1971.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia editora Nacional, 27ª ed, 1998.
- GALLARDO, D. H. G. *Senhores e Escravos no Paraná (1800-1830)*. São Paulo: USP, 1986. Dissertação de Mestrado.

- GALLARDO, D. H.G. *Terras e gado no Paraná tradicional*. Tese doutorado. São Paulo: USP, 1996.
- GALLARDO, D. H. G. *Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830*. Estudos Econômicos, Maio/Ago. 1987.
- GALLARDO, D. H. G. *Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830*. São Paulo: Revista Brasileira de História. v. 8. n.16. mar/ago. ANPUH, 1988.
- GENOVESE, E. D. *O mundo dos senhores de escravos: dois ensaios de interpretação; tradução de Laís Falleiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.
- GORENDER, J. *O escravismo colonial*. 6.ed. São Paulo: Ática, 1992.
- GRAF, M. E. de C. *Imprensa periódica e escravidão no Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1981.
- IANNI, O. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.
- LINHARES, M. Y. L. *Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (Séculos XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro: Tempo, v.1. 1996. Artigo.
- MACEDO, F.R.A.. *Conquista pacífica de Guarapuava*. Curitiba: Fundação Cultural. 1995.
- MARCONDES, G. G. ; ABREU, A.T.G. *Escravidão e Trabalho*. Guarapuava: UNICENTRO, 1991.
- MATTOS, H. M. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- PRADO J.C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- SAINT-HILAIRE, A. *Viagem a comarca de Curitiba*. São Paulo: Nacional, 1964.
- SANTOS, Z. A. M. *Os “Campos de Guarapuava” na política indígena do Estado Provincial do Paraná. (1854-1889)*. Guarapuava: UNICENTRO/UNESP. 1999. Dissertação de Mestrado.
- SLENES, R. W. *Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava*. Revista brasileira de História. São Paulo: ANPUH, 1988.
- WESTPHALEN, C. M. ; CARDOSO, J. *Atlas histórico do Paraná*. 2. ed. Curitiba: Livraria do Chaim, 1986.